

Remetente (pessoa jurídica):**CNPJ**

03.141.166/0001-16

Nome da instituição

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

Setor

Secretaria-Geral da Presidência

Responsável pelo envio (Pessoa física):**Nome**

Silmara Cordeiro

Telefone

(41)3310-7228

E-mailsilmaracordeiro@trt9.jus.br**Destinatário:****Nome**

Juíza Adriana Alves dos Santos Cruz

Setor

Secretaria-Geral

Descrição do documento

SEI nº 04545/2025

Encaminhamos o Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2025 ACT - CNJ/STF/STJ/CJF (assinado) acompanhado do extrato de adesão publicado no Diário Oficial da União, em 15 de maio de 2025, do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

Anexos

TERMO DE ADESÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 01-2025 - CNJ-STF-STJ-CJF.pdf

TERMO-DE-ADESAO-AO-ACORDO-DE-COOPERACAO-TECNICA-N.-01-2025-CNJ-STF-STJ-CJF.pdf

extrato-de-adesao-ao-termo.pdf

- Declaro que as informações fornecidas são verdadeiras e estou ciente de estar sujeito à invalidação do protocolo e às penas da legislação pertinente em caso de fornecimento de dados falsos.
- Declaro que tenho ciência de que este canal não deve ser utilizado para o encaminhamento de peças processuais, sob pena de devolução dos documentos, nos termos da Portaria Nº 52 de 20/04/2010.



Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região

CÉLIO
HORST
WALDRAFF
27/03/2025
TRT9

Termo de Adesão (ID 14093104)

Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica 1/2025:

**TERMO DE ADESÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 01/2025 -
CNJ/STF/ STJ/ CJF**

TERMO DE ADESÃO AO ACORDO DE
COOPERAÇÃO TÉCNICA CNJ/STJ/TST
/CJF N.01/2025, SOB A ÉGIDE DO
PACTO NACIONAL DO PODER
JUDICIÁRIO PELA SUSTENTABILIDADE
(Processo VETOR 334448).

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador CÉLIO HORST WLADRAFF, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve, por meio do presente Termo, aderir ao Pacto Nacional do Judiciário pela Sustentabilidade, mediante cooperação técnica e operacional com vistas à adoção de medidas voltadas para o desenvolvimento de ações de proteção ao meio ambiente, promoção do bem-estar social e boa governança, pautada na ética, na transparência e na responsabilidade social.

O Presidente, Desembargador Célio Horst Waldraff, declara firme vontade de desenvolver ações voltadas à proteção do meio ambiente, à promoção do bem-estar social e à boa governança, fundamentadas na ética, transparência e responsabilidade social, em conformidade com o disposto no artigo 225 da Constituição Federal de 1988. Compromete-se também com os compromissos internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), o Acordo de Paris (2015), bem como as normas da Organização Internacional de Normalização (ISO), com especial atenção para a ISO 14001 (gestão ambiental), a ISO 26000 (responsabilidade social) e a ISO 45001 (sistemas de gestão de saúde e segurança ocupacional). No âmbito nacional, apoia-se na Constituição Federal de 1988, na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), na Lei da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e nas resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 215/2015, nº 351/2020, nº 400/2021, nº 401/2021, nº 410/2021, nº 433/2021 e nº 497/2023, entre outras.



O presente instrumento tem por finalidade o desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, com o objetivo de promover a cooperação para o compromisso do Poder Judiciário em adotar, reforçar ou expandir ações e iniciativas em cada um dos três eixos a seguir listados:



Eixo 1 - Ambiental:

- a. Implementação do Programa Justiça Carbono Zero: (i) realização de inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEEs), fazendo uso de metodologia reconhecida /certificada (ex: PBGHG); (ii) medidas de redução das emissões de GEEs, como instalação de usinas fotovoltaicas, substituição de lâmpadas tradicionais por LED, promoção da sustentabilidade nas contratações, adoção de programas de gestão de resíduos; e (iii) compensação de emissões com projetos de florestamento, reflorestamento e revegetação etc.;
- b. Priorização do julgamento das ações climáticas e ambientais: adoção de medidas de priorização e aceleração da tramitação de processos judiciais que envolvam a temática ambiental (incluindo casos relacionados a conflitos fundiários, uso de recursos naturais, aplicação de sanções ambientais, apuração de infrações ambientais e responsabilidade civil ambiental), por meio de: (i) cumprimento reforçado da Meta 10 em 2025; (ii) estímulo a instrumentos de solução consensual; (iii) criação de forças-tarefas coordenadas em Juízos com altas taxas de congestionamento em processos ambientais ou Municípios com elevados índices de desmatamento e de outras violações socioambientais, entre outras medidas;
- c. Educação ambiental: promoção de, pelo menos, um novo curso de educação ambiental e de capacitação de magistrados, servidores, terceirizados e conciliadores, promovendo as capacidades institucionais adequadas para a abordagem de questões e conflitos relacionados à temática socioambiental e climática.

Eixo 2 - Social:

- a. Adoção do Programa Transformação: adoção, nos termos da Resolução CNJ nº 497/2023, de política de reserva de vagas em, no mínimo, um contrato de prestação de serviços continuados e terceirizados para mulheres em situação de vulnerabilidade;
- b. Inclusão de grupos sub-representados ou vulneráveis: Implementação de, no mínimo, uma iniciativa institucional para apoiar e integrar membros de grupos sub-representados e vulneráveis, como: ampliação da representatividade de gênero e raça na composição do tribunal e/ou nos cargos de gestão; e a inclusão de percentual de vagas nos contratos de serviços continuados para pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua e egressos dos sistemas prisional e socioeducativo;
- c. Ampliação da acessibilidade: fortalecer ações de acessibilidade, adaptando os espaços físicos e digitais dos tribunais e conselhos para pessoas com deficiência, com a criação e execução de plano de ação para ampliar o índice de acessibilidade.

Eixo 3 - Governança:



- a. Dados Abertos: Implementação ou aperfeiçoamento de portal de dados abertos, seguindo os princípios e as diretrizes da Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership - OGP), visando ampliar a transparência e o controle do Poder Público pela sociedade;
- b. Transparência dos julgamentos no plenário virtual: melhoria ou adaptação dos sistemas de julgamento colegiado de processos por meio eletrônico, de modo a ampliar a transparência;
- c. Informação à sociedade: adoção de serviço de boletim com um resumo didático e em linguagem simples dos julgamentos mais relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico realizados pelo tribunal ou conselho, nos moldes do boletim "Informação à Sociedade" do STF.

1. **ATUAÇÃO COORDENADA:** o Tribunal Regional da 9ª Região buscará desenvolver ações coordenadas com o Conselho Nacional de Justiça visando à efetividade e qualidade da concretização da sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, pautadas nos três eixos fundamentais das práticas internacionais de ESG: Ambiental (Environmental), Social (Social) e Governança (Governance).

2. **GESTOR LOCAL:** indica para gestor local do presente instrumento o Sr. Mário Luís Krüger, ocupante do cargo Chefe de Sustentabilidade - SESUST, endereço eletrônico: sustentabilidade@trt9.jus.br, que doravante será responsável pela execução das atividades previstas no Plano de Trabalho supramencionado.

3. **VIGÊNCIA:** o presente termo passará a vigorar a partir de sua assinatura, com prazo final igual ao do Acordo de Cooperação Técnico supramencionado.

4. RESPONSABILIDADES:

4.1 São responsabilidades gerais do Conselho Nacional de Justiça:

- 4.1.1 coordenar, executar e supervisionar as ações do Pacto Nacional do Judiciário pela Sustentabilidade;
- 4.1.2 promover a articulação entre os órgãos do Poder Judiciário e os pactuantes, com vistas à realização das ações objeto do Pacto Nacional do Judiciário pela Sustentabilidade;
- 4.1.3 produzir as peças de comunicação institucional de divulgação das ações do projeto e disponibilizá-las aos pactuantes;



4.1.4 gerar relatórios dos resultados obtidos com as ações do projeto e disponibilizá-los aos pactuantes;



4.2 São responsabilidades do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região:

4.2.1 indicar, conforme a respectiva área de atuação de cada partícipe, pessoal técnico para auxiliar a equipe do CNJ nas atividades de planejamento de seminários, de cursos de capacitação e da campanha de divulgação das ações;

4.2.2 prestar apoio logístico, sempre que possível, nas plataformas virtuais e nos locais de realização dos seminários e cursos;

4.2.3 divulgar as peças de comunicação disponibilizadas pelo CNJ (meio físico e eletrônico);

4.2.4 viabilizar a participação dos profissionais que compõem sua força de trabalho nos seminários e nos cursos de capacitação presencial;

4.2.5 divulgar as ações do projeto e os respectivos resultados obtidos.

5. **DISTRATO:** o presente termo poderá ser rescindido da mesma forma prevista no Acordo de Cooperação Técnico supramencionado.

6. PUBLICAÇÃO:

6.1 O inteiro teor deste Termo de Adesão e dos seus eventuais termos aditivos deverá ser publicado pelos partícipes em seus respectivos sítios oficiais, no prazo de até 10 (dez) dias a contar de sua assinatura, e o seu extrato será publicado no Diário Oficial da União.

6.1.1 O CNJ encaminhará cópia do extrato da publicação aos demais partícipes do Acordo de Cooperação Técnica supramencionado.

Curitiba, data da assinatura digital/eletrônica.

(assinado digitalmente)

Desembargador CÉLIO HORST WALDRAFF

PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO



Documento "Termo de Adesão", no sistema Vetor, processo "OF. CPLS-TRT9/PR nº 27/2024 (Adesão ao Pacto Nacional do Poder Judiciário pela Sustentabilidade) (Nº 334448)". Para verificar a autenticidade desta cópia, informe o código 2025. WKOVN.PDJNL no endereço eletrônico: https://www.trt9.jus.br/vetor/doc_assinado



CÉLIO
HORST
WALDRAFF
27/03/2025
TRT9



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA
COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE ADESAO

Espécie: Termo Adesão n. 01/2025 do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, ao Acordo de Cooperação Técnica n. 01/2025, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, Supremo Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho e o Conselho de Justiça Federal; Objeto: O presente instrumento tem por finalidade o desenvolvimento de ações conjuntas entre os participantes, com o objetivo de promover a cooperação para o compromisso do Poder Judiciário em adotar, reforçar ou expandir ações e iniciativas em cada um dos três eixos: ambiental, social e governança; Processo PROAD 1785/2025; Assinatura: 30 de abril de 2025, pelo Tribunal a Exma. Senhora Sulamir Palmeira Monassa de Almeida, Desembargadora Presidente do TRT 8ª Região.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
EXTRATO DE ADESAO

Espécie: Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica nº 1/2025 CNJ/STJ/TST/CJF, que estabelece o Pacto Nacional do Judiciário pela Sustentabilidade, mediante cooperação técnica e operacional com vistas à adoção de medidas voltadas para o desenvolvimento de ações de proteção ao meio ambiente, promoção do bem-estar social e boa governança, pautada na ética, na transparência e na responsabilidade social. Aderente: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - CNPJ 03.141.166/0001-16. Data da assinatura: 27/03/2025. Vinculação: Processo Vetor 334448. Signatário: Célio Horst Waldraff - Presidente do 9ª Região.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2025 - UASG 80012

Nº Processo: 2337/2025. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de ADEQUAÇÃO DO IMÓVEL DO IMÓVEL DO CAJURU AO PPCI APROVADO. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 15/05/2025 das 08h00 às 17h00. Endereço: Rua Vicente Machado, 147, Centro, 10. Andar, - Curitiba/PR ou <https://www.gov.br/compras/edital/80012-5-90012-2025>. Entrega das Propostas: a partir de 15/05/2025 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 30/05/2025 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: Havendo divergência entre as informações constantes no comprasnet e no edital, prevalecerão as do último.

ALEXANDRO FURQUIM
Pregoeiro

(SIASGnet - 14/05/2025) 80012-00001-2025NE000001

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES E PATRIMÔNIO
AVISO DE PENALIDADE

O Secretário de Contratações e Patrimônio do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, depois de transcorrido o prazo legal para ampla defesa e contraditório e conforme consta dos autos do Processo Administrativo nº 0012062-90.2024.5.10.8000, resolve:

Aplicar à empresa GPR SOLUÇÕES CONSULTIVAS LTDA CNPJ: 53.111.650/0001-70, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, bem como descredenciamento do SICAF, pelo período de 45 dias, com fulcro no artigo 155, IV e V, c/c art. 156, III e § 4º da Lei 14.133/2021.

Em 14 de maio de 2025.
GILVAN SILVA PEREIRA RAMOS

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 5/2025

Processo TRT n. 2661/2025. Participes: Tribunal Regional do Trabalho da 13.ª Região e COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTOS SICRED EVOLUÇÃO - SICREDI EVOLUÇÃO (CNPJ n. 35.571.249/0001-31). Objeto: Estabelecer condições gerais e critérios a serem observados para averbação mediante consignação em folha de pagamento das prestações de empréstimos e integralização de cotas de capital firmados entre a Consignatária e os Magistrados e Servidores, Ativos e Inativos, e Pensionistas do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região. Vigência: 120 (cento e vinte) meses, contados da assinatura. Data da assinatura: 13/05/2025. Assinam: Alexandre Gondim Guedes Pereira, Diretor-Geral, pelo Tribunal; e Paulo Valério Nóbrega Ferreira de Melo, Diretor Executivo, e Lourival Lopes, Diretor de Operações, pela Cooperativa SICRED.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROAD Nº 5374/2023. 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 01/2025. Contratante: TRT 14ª REGIÃO. Contratada: MORAES & SANTOS SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ-MF sob o nº 13.912.590/0001-70. Objeto: Repactuação de preços decorrente da CCT 2025 e dotação orçamentária, que trata da contratação de empresa para prestação de serviços de movimentação de carga e descarga, manuseio de móveis, materiais de consumo, caixas e materiais diversos, por trabalhadores de carga e descarga de mercadorias, com cessão de mão de obra, bem como serviços de montagem e desmontagem, incluindo o fornecimento de materiais específicos, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência. Assinado: 13/05/2025. Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho 168137 - Apreciação de Causas Trabalhistas - Despesas Diversas. Natureza da Despesa 33.90.37 - Locação de Mão de Obra, Nota de Empenho: 2025NE000139, de 17/01/2025. Valor Total (anual): R\$ 293.906,88. Assinaturas: Frank Luz de Freitas, Diretor-Geral do TRT 14ª Região e o Sr. Deyvison Barbosa Moraes, representante da contratada.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2025 - UASG 80011

Nº Processo: 4808/2025. Objeto: Contratação de serviços de adequação do Plenário do Edifício-Sede Judicial para manutenção do padrão existente, incluindo adequação do mobiliário e do tablado revestido com carpete existentes, conforme condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 15/05/2025 das 08h00 às 17h59. Endereço: E-mail licita@trt15.jus.br, - Campinas/SP ou <https://www.gov.br/compras/edital/80011-5-90016-2025>. Entrega das Propostas: a partir de 15/05/2025 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 29/05/2025 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: Para esta contratação será exigida a GARANTIA DE PROPOSTA. As especificações consignadas no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br> são apenas referenciais. Devem ser consideradas

única eexclusivamente as descrições e as especificações técnicas constantes do edital. Em caso de divergência entre as especificações do objeto constantes do Edital e as disponibilizadas pelo Sistema Compras, prevalecerão, única e exclusivamente, as estabelecidas neste Edital e seus anexos.

FELIPE DANIEL MENDES PAIVA
Assistente da Coordenadoria de Licitações

(SIASGnet - 14/05/2025) 80011-00001-2025NE000001

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO
DIRETORIA-GERAL
SEÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo PROAD n. 403/2024. Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato TRT 20ª nº 04/2024(Realização de serviço de digitalização de peças processuais e outros documentos, nas instalações do Tribunal). Objeto: prorrogação do prazo de vigência por mais 12 meses (15/04/2025 a 14/04/2026). Contratante: TRT 20ª Região. Contratada: IPAESE - Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo em Sergipe. Fundamento legal: Cláusula Sexta do Contrato Original e no artigo 107, da Lei nº 14.133/2021. Dotação: 168248 e 339037. Valor mensal: R\$ 16.935,61. Data e assinatura: 14/04/2025. Sérgio Santana de Matos, Diretor-Geral, pelo Contratante, e Raul dos Santos Silveira, Presidente do IPAESE.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
SEÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROAD nº 583/2022. Extrato do Quarto Termo Aditivo ao Contrato TRT/DLC Nº 016/2022, firmado entre o TRT da 21ª Região e a empresa LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA. OBJETO: Inclusão de prestação de informações relativas à Resolução CNJ 587/2024. ASSINATURA: 13/05/2025. SIGNATÁRIOS: Desembargador Eduardo Serrano da Rocha, Presidente, pelo Contratante, e Willian Lopes de Aguiar, Procurador, pela contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROAD nº 1100/2020. Extrato do Sexto Termo Aditivo ao Contrato TRT/DLC nº 012/2020, firmado entre o TRT da 21ª Região e a empresa Luciano Azevedo de Souza (Cropping Produtora de Conteúdo Digital). OBJETO: prorrogação excepcional do prazo de vigência (14/05/2025 e 13/05/2026) e reajuste dos valores contratuais. ASSINATURA: 13/05/2025. SIGNATÁRIOS: Desembargador Eduardo Serrano da Rocha, Presidente, pelo Contratante, e Luciano Azevedo de Souza, Representante Legal, pela contratada.

JUSTIÇA FEDERAL
1ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA NA BAHIA
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

Espécie: Termo de credenciamento N. 22276215, celebrado entre a UNIÃO FEDERAL, através da Justiça Federal de Primeiro Grau na Bahia e a CLINICA DO JOELHO E ORTOPEDIA INTEGRADA, CNPJ nº. 07.139.219/0001-15 OBJETO: Prestação pela Credenciada, de Serviços de Assistência à Saúde, na especialidade indicada no Anexo I. Fundamento legal Lei 8.666/1993, art. 25, caput; Regulamento Geral do PRO-SOCIAL; Processo Administrativo 6.839/2006. Vigência: Tempo indeterminado. Assinatura: 09.04.2025. Assina: SANDRA LOPES SANTOS DE CARVALHO, Juíza Diretora do Foro e, pela empresa, GUSTAVO RABELO AZI, representante legal.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

Espécie: Termo de credenciamento N. 21105430, celebrado entre a UNIÃO FEDERAL, através da Justiça Federal de Primeiro Grau na Bahia e a REDE VIDA NOBRE LTDA (HTO HOSPITAL GERAL) CNPJ nº. 33.875.865/0001-50 OBJETO: Prestação pela Credenciada, de Serviços de Assistência à Saúde, na especialidade indicada no Anexo I. Fundamento legal Lei 8.666/1993, art. 25, caput; Regulamento Geral do PRO-SOCIAL; Processo Administrativo 6.839/2006. Vigência: Tempo indeterminado. Assinatura: 12.05.2025. Assina: SANDRA LOPES SANTOS DE CARVALHO, Juíza Diretora do Foro e, pela empresa, JODILTON OLIVEIRA SOUZA, representante legal.

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PREGÃO Nº 90007/2025

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 24505220244018004. , publicada no D.O.U de 04/04/2025 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviço contínuo de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de ar condicionado e nas centrais de ar condicionado, onde houver, das Subseções Judiciárias da Bahia, com fornecimento de peças, quando necessário, conforme especificações e quantitativos definidos no Anexo I do Edital. Novo Edital: 15/05/2025 das 08h00 às 12h00 e de12h01 às 17h00. Endereço: Cv. Ulysses Guimaraes, 2799 - Cab Centro Administrativo SALVADOR - BAEntrega das Propostas: a partir de 15/05/2025 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 29/05/2025, às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

MARISTELA LIMA DE AMORIM
Pregoeira

(SIDEAC - 14/05/2025) 090012-00001-2025NE010000

SEÇÃO JUDICIÁRIA NO PIAUÍ
DIRETORIA DO FORO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2025

Processo: 1138-20.2024.4.01.8011.

A Justiça Federal de 1º Grau no Piauí torna público que o Pregão em epígrafe, cujo objeto é a prestação dos serviços de limpeza, conservação e higienização das dependências e dos bens móveis do edifício sede da Justiça Federal do Piauí, em Teresina/PI, foi homologado pela Sra. Ana Valéria Neiva Moreira Araújo, Diretora da Secretaria Administrativa. Empresa Vencedora: IDEAL SERVIÇOS GERAIS LTDA; CNPJ: 05.821.798/0001-56; Item: 01 com valor global anual de R\$ 875.989;44.

ROBERTA DA SILVA FREIRE
Pregoeira

